

Universidade do Estado do Amazonas
Centro de Estudos Superiores de Parintins
Curso de Licenciatura em História

A RESSIGNIFICAÇÃO DO DIA 19 DE ABRIL:
UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM E (DES)CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS
DO “DIA DOS POVOS INDÍGENAS” POR DOCENTES DE HISTÓRIA E PEDAGOGOS
EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS, AMAZONAS.

Sandra Andrade Pereira

Orientador: Prof. Dr. Diego Omar da Silveira

Resumo: O presente trabalho reflete sobre atividades realizadas no âmbito do PIBID História com professores de história do ensino médio e pedagogos em duas escolas estaduais, situada no município de Parintins, Amazonas. Partimos de uma problematização sobre o “dia do Índio”, 19 de abril e dos desdobramentos de sua paulatina revisão, inclusive de nomenclatura, a partir da Lei nº 14.402 de 08 de julho de 2022. Esse processo visa a desnaturalização de termos pejorativos e preconceituosos, bem como, dos estereótipos e aponta para o reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos povos indígenas, promovendo o respeito a diversidade sociocultural do nosso país. De forma mais detida, buscamos analisar as representações e narrativas apresentadas em sala de aula sobre/no dia 19 de abril, destacando as atuais mudanças conceituais acerca da temática, compreendendo a importância de uma abordagem inclusiva e reparativa, demonstrando o reconhecimento que a sociedade brasileira tem com sua história indígena.

Palavras- chave: Ensino de História; Povos Indígenas; Ressignificação; Diversidade.

Introdução

Este trabalho busca analisar o processo de ressignificação do dia 19 de abril, através da abordagem dos “Povos Indígenas” em duas escolas em Parintins, Amazonas, a partir da Lei nº 11.645/2008, que versa sobre a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Ensino Fundamental e Médio, em escolas públicas e privadas e da Lei nº 14.402/2022, que instituiu o “Dia dos Povos Indígenas”, alterando sua nomenclatura a fim de desconstruir estereótipos. A pesquisa analisa de que forma os professores de História e os pedagogos/as abordam e (des)constróem narrativas eurocêntricas sobre os povos indígenas, há muito consolidadas na História Oficial e nas escolas.

A pesquisa tem como recorte temporal o período de 2022 a 2025, considerando a mudança oficial da nomenclatura do “Dia do Índio” para o “Dia dos Povos Indígenas”, marco sinalizador de uma nova abordagem em relação aos povos indígenas e seu protagonismo. O estudo busca compreender também como as representações em sala de aula refletem a importância de uma abordagem inclusiva e reparadora da história indígena, promovendo o respeito a diversidade sociocultural brasileira. A pesquisa estrutura-se em três partes: revisão bibliográfica; análise de dados coletados por meio de questionários e análise de oficina.

Parte-se também de uma intervenção realizada no ensino médio durante atividades do PIBID História e de entrevistas realizadas com professores de História e pedagogos/as das referidas escolas. A análise integrada desse conjunto de atividades permitiu a compreensão das práticas pedagógicas e percepções dos educadores sobre a temática, contribuindo para a reflexão acerca da importância de uma educação intercultural, que reconheça e valorize a diversidade cultural brasileira, buscando desconstruir narrativas hegemônicas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Oliveira (2008, p. 37) “é um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e /ou segundo sua estruturação”. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo; as técnicas e instrumentos foram: revisão bibliográfica, a aplicação de questionários aos professores e pedagogos/as, além da observação em sala de aula de uma das escolas e da aplicação da oficina intitulada: “Dia dos Povos Indígenas”, no recorte pesquisado.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, não se pretendeu somente a obtenção de dados relevantes à mesma, mas sobretudo, promover uma reflexão acerca da concepção atual da história indígena no contexto escolar, bem como discutir sobre as práticas docentes aplicadas no/sobre o dia 19 abril: “Dia dos Povos Indígenas”. Assim sendo, a problemática da pesquisa é: analisar de que maneira o dia 19 de abril é abordado nas escolas pesquisadas, a partir da Lei nº

11.645/2008 e da Lei 14.402/2022. Os objetivos são: analisar a resignificação do “Dia dos Povos Indígenas” nas aulas de História em duas escolas estaduais – a saber: Senador João Bosco e Tomaszinho Meirelles (GM3) -. Ambas situadas em Parintins, Amazonas; descrever as mudanças na abordagem do tema “povos indígenas” nas práticas pedagógicas a partir das leis mencionadas acima; identificar quais fatores contribuem para a tão pouca evidência da história indígena nos recortes pesquisados; e averiguar de que forma os professores das escolas pesquisadas abordam o tema.

Justificativa

Os povos indígenas contribuem significativamente para a sociedade brasileira e sua atuação vai além de suas heranças e manifestações culturais, conhecimentos tradicionais e da harmoniosa relação com a natureza (sendo eles considerados guardiões da floresta). Pode afirmar, no entanto, que parte significativa da população brasileira, ainda desconhece a enorme riqueza cultural desses povos, e, mais do que isso, ignora a violência, a perseguição e o preconceito sofridos pelos indígenas ao longo da nossa história. Tanto a história oficial quanto os currículos do ensino escolar colaboraram enormemente para esse estado de coisa.

Assim, torna-se, fundamental uma abordagem mais rica e complexa deste tema nos currículos e aulas de História, desconstruindo narrativas e estereótipos que ainda se perpetuam atualmente. Vários autores têm apontado que nos livros didáticos, ainda é comum a abordagem superficial das temáticas relacionadas aos povos indígena, inclusive com uma nomenclatura antiquada e carregada de estigmas, em termos como “tribo”, “índio”, “selvagens”, “primitivos”, que não contemplam nem de longe a diversidade etnocultural existente nem as lutas dos próprios indígenas por reconhecimento e autodeterminação. Segundo Bittencourt (2008, p. 305) “no caso das populações indígenas, os educadores e antropólogos têm-se preocupado com a permanência de visões deformadoras e incompletas sobre esses povos”, o que também tem uma implicação prática, que é o de movimentar-se para mudar o atual estado de coisas.

Neste contexto, o professor de História desempenha papel crucial na desconstrução desses equívocos, promovendo a valorização da diversidade cultural, histórica, étnica e linguística, sendo um influenciador na vida dos educandos. Para tanto, o professor necessita estar munido de conhecimentos minimamente sólidos sobre a temática e preparado para conduzir sua aula sobre a história indígena a partir de novos parâmetros, estimulando, conseqüentemente, os alunos a terem um outro olhar em relação aos povos indígenas, a construir pensamento crítico e reflexivo sobre essa temática, e a conhecerem, valorizarem e respeitarem a história e cultura dos povos originários.

Fundamentação teórica

A história dos povos indígenas é intrínseca aos meados de 1500, com a violenta chegada dos colonizadores que guarda a memória de um conflito que mudou a história e os caminhos desses povos que lutaram e resistiram. Como bem ressalta Collet (*et al.*) (2014, p. 17) “a colonização do Brasil fez com que grande parte deles tivesse enormes perdas populacionais em razão de doenças e conflitos. Estudiosos mostram que, durante os dois primeiros séculos da colonização, a taxa de de população foi brutal”.

Pode-se dizer, então, baseado em dados proveniente de pesquisas realizadas em várias áreas do conhecimento, que, muito antes de Cabral, o Brasil era ocupado, e, mais do que isso, era diverso e plural, com sociedades complexas dispersas por praticamente todo o território do que viria a ser a colônia e, mais tarde, o Estado nacional.

Segundo o último censo demográfico do IBGE, em 2022, vivem no território brasileiro, um total de 1.694.836 indígenas, correspondendo a 0,83% da população total do país. Deste total, 490.854 encontram-se no estado do Amazonas, tornando o estado com a maior população indígena. Cada povo com seus costumes, línguas e tradições, presentes em todos os biomas, parte importante da história do nosso país.¹ São 391 povos, falantes de 295 línguas diferentes. Ao longo desses séculos os números variaram bastante e as estimativas para o passado são muitas. O próprio Ministério dos Povos Indígenas, por exemplo, estima que quase 3 milhões de indígenas habitavam o Brasil antes da colonização portuguesa, distribuídos em mais de 1.000 povos diferentes.²

Estima-se também que muitos grupos e etnias tenham sido extintos ao longo dos primeiros séculos do contato com os colonizadores e que outros tantos tenham se fundido a grupos/etnias maiores. O que importa notar é que diferentemente daqueles que imaginavam e até previam o desaparecimento desses povos, eles seguem vivos e em lutas constantes. Lutas estas, descritas não somente na memória de lideranças, mas, sobretudo, em vários espaços da sociedade (na política, na educação, na ciência, na saúde, nas artes) nos quais os indígenas têm buscado ser ouvidos, forçando uma ressignificação de suas imagens estereotipadas, construídas na história oficial e nos manuais escolares (e livros didáticos), o resgate de suas cosmovisões e uma reescrita da história, feita agora por suas próprias mãos. Desde 1988, os povos indígenas possuem plenos direitos civis garantidos pela Constituição. Isso requer que todas as ações públicas considerem suas necessidades, peculiaridades, independentemente de estarem em áreas urbanas ou rurais, respeitando suas estruturas sociais, costumes, línguas, etc. Segundo a

¹ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42277-censo-2022>). Acessado 19 de novembro de 2025, às 14h28min.

² Disponível em <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/10>. Acessado em: 19 de novembro de 2025, às 14h37min.

Constituição Federal/88, Art. 232, “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses”, o que implica no abandono da tutela, vigente até então em toda legislação brasileira.

Sobre o Dia do Índio

No dia 02 de junho de 1943, foi publicado o Decreto-Lei nº 5.540, que instituiu a data de 19 de abril como o “Dia do Índio”, celebrado no Brasil e em outros países americanos em função do movimento indigenista e da realização de congressos internacionais para discutir os processos de incorporação dos indígenas aos estados nacionais. Não espante, nesse contexto, que a lei tenha sido promulgada, aqui, durante o governo ditatorial (Estado Novo) de Getúlio Vargas (SILVA 2022, p. 85), que de algum modo estava alinhado aos debates internacionais sobre o tema.

O “Dia do Índio” nas escolas era pautada por uma visão assimilacionista e folclórica e simplificada em: vestimentas e adereços como uso de cocares, tanguinhas, pinturas faciais, cantigas infantis sobre “índio”, reduzindo os povos indígenas a uma imagem idealizada do passado.

Neste sentido, o “Dia do Índio” pode ser justificada como pedagogicamente pobre por sua superficialidade e homogeneizador.

A Lei nº 14.402/22, alterou o nome para “Dia dos Povos Indígenas”, revogando o Decreto lei mencionado anteriormente. Tal mudança, reflete o reconhecimento de que o termo “índio”, atribuído pelos colonizadores, não representa a diversidade dos povos indígenas e contribui para a discriminação e violência contra essa população. A referida Lei é oriunda do Projeto Lei 5466/2019, de Joenia Wapichana, primeira deputada federal indígena no Brasil. Para Joenia, a intenção ao renomear a data é ressaltar, de forma simbólica, não o valor do indivíduo estigmatizado “índio” mas o valor dos povos indígenas para a sociedade brasileira. “O propósito é reconhecer o direito desses povos de, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico”, afirmou a deputada quando o texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.³

Assim, a celebração da data que dá visibilidade às culturas, tradições, e lutas dos povos indígenas se estendeu para todo o mês de abril. O abril indígena é um mês inteiro para celebrar a luta dos povos indígenas no Brasil, afinal, há indígenas, com suas línguas e culturas espalhadas em todo o território nacional.

³ Fonte Portal da Câmara dos Deputados <https://www2.camara.leg.br/secretarias/noticias> acessado às 19:30h em 03/12/2025.

Na atualidade, o “Dia dos Povos Indígenas”, oferece a oportunidade para a reflexão sobre a história e a cultura, buscando desconstruir os preconceitos aos povos indígenas. A temática em sala de aula deve ser cuidadosa, evitando a romantização ou a simplificação excessiva da realidade indígena, ou seja, evitar reduzir a complexa história, cultura, narrativas ou generalizações imprecisas.

Tais simplificações frequentemente reforçam estereótipos como “índios”, “primitivos”, “selvagens”, “preguiçosos” entre outros, que não condizem com a realidade. Infelizmente, muitas escolas, ainda trabalham o tema só nas representações minimalistas. Simplificar a realidade dos povos indígenas, significa ignorar a nossa própria história.

Daí a importância de desconstruir os estereótipos arraigados na linguagem em sala de aula é essencial para uma educação inclusiva e antirracista, a partir de estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e a histórica. Muitos termos ainda são utilizados de forma equivocada ou mesmo pejorativas como a palavra “tribo” por exemplo. Segundo o Dicionário Aurélio, “tribo” remete à ideia de uma população primitiva, sem organização ou capacidade – concepção característica das ciências sociais do século. Atualmente, usa-se o termo “povo” ou “etnia” para referendar essa parcela da população.

Outro termo que se tornou bastante controverso é “índio”, que remete ao período em que o Brasil foi colonizado pelos portugueses e à antiga (e equivocada crença de Cristóvão Colombo de ter chegado às Índias), como contam os livros didáticos. Para os povos tradicionais, este termo limita sua pluralidade, diversidade, sendo um termo derivado, criado pelos portugueses. Assim, o termo correto é “indígena”. Tendo seu significado caracterizado pelo dicionário como “nativo”, os originários, habitantes dali, antes de uma colonização, natural daquele lugar. Segundo Collet (*et al.*) (2014, p.11):

A denominação indígena significa, segundo os dicionários de língua portuguesa, “nativo, pessoa natural do lugar ou do país em que habita”. Apesar de parecer mais correta do que o termo índios, é importante destacar que também se trata de uma categoria trazida de fora, isto é, pelo colonizador ou não indígena. Antes da chegada dos europeus, a população nativa não tinha nome para designar-se como coletivo [...]

Tal termo, sustenta e mostra diversas culturas diferentes existentes em nosso país, reconhecendo a existência de uma pluralidade de culturas no Brasil, ou seja, o termo mesmo com sua origem, serve para evidenciar que não há uma única cultura nativa, mas sim muitas culturas.

Ressignificando o “Dia dos Povos Indígenas”

A mudança de nomenclatura do “Dia do Índio” para o “Dia dos Povos Indígenas”, instituída pela Lei 14.402/22, representa um marco na luta pela visibilidade e pelo reconhecimento da diversidade cultural indígena no Brasil. Conforme mencionado, a data, instituída em 1943, carrega em si a herança de uma visão etnocêntrica que silencia a complexidade das culturas indígenas e reforça estereótipos. É um reflexo da crescente conscientização sobre a importância de reconhecer a pluralidade dos povos indígenas e romper com a imagem simplificada que historicamente foi imposta a eles, isso é reconhecer que no Brasil existem inúmeros povos com cultura e costumes diferentes.

A nova designação, “Dia dos Povos Indígenas”, busca valorizar essa diversidade, dar voz e vez aos referidos povos em sua luta pela preservação de sua identidade cultural e territorial. A ressignificação do dia 19 de abril como “Dia dos Povos Indígenas” representa uma mudança profunda na narrativa histórica, buscando desmistificar a visão eurocêntrica que durante séculos, silenciou e marginalizou, deixando-os invisibilizados. A ressignificação aqui, propõe em primeiro lugar uma reflexão diante da realidade em que esses povos vivem na contemporaneidade, respeito e reconhecimento por suas lutas e resistência ao longo da história, culminando em seu protagonismo cada vez mais evidenciado.

Ao reconhecer que vivemos em um país multiétnico, multilinguístico e multicultural, torna-se imprescindível repensar na construção de políticas públicas inclusivas a fim minimizar a exclusão em todos os contextos da sociedade. Embora se observe uma tímida margem de conquistas como o protagonismo a partir de ocupação de cargos nas mais diferentes esferas de poder e o fortalecimento de instituições representativas, ainda são grandes os desafios enfrentados como a violência, racismo e desigualdade.

Para compreender a ressignificação do 19 de abril exige, portanto, um aprofundamento no conhecimento das lutas, do protagonismo, avanços e desafios que marcam a trajetória dos povos indígenas no Brasil. A história dos povos indígenas é marcada por constantes lutas em defesa de seus direitos e de sua própria existência. Essencialmente, a ressignificação não se limita a uma simples mudança de nome, ela busca, sobretudo, respeito, reconhecimento e profunda reflexão sobre suas lutas pretéritas e contemporâneas. “No Brasil de hoje se almejam o respeito para com as populações indígenas, a compreensão e o reconhecimento delas como protagonistas, e não apenas vítimas da história [...]” (WITTMANN, 2015, p. 16).

A educação na desconstrução eurocêntrica sobre os povos indígenas

A educação precisa ser um fator determinante na desconstrução eurocêntrica, no que tange a invisibilização da história e da cultura dos povos indígenas, pois, a construção histórica do currículo escolar, centrada na perspectiva europeia e principalmente na narrativa baseada na

colonização silencia as narrativas indígenas, o que resulta na visão distorcida do passado e do presente.

Ainda é comum nos livros didáticos a história indígena sendo apresentada de forma superficial e simplificada, com enfoque em aspectos exóticos ou romantizados, sem levar em consideração a diversidade cultural e a complexidade das sociedades indígenas. Essa abordagem contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, reforçando a imagem negativa e simplificada que não condizem com a realidade desses povos. “[...] Assim, ano após anos, rituais pedagógicos tratam o “índio” como exótico, folclórico, genérico, alvo da curiosidade de aprendizes que desconhecem suas próprias ascendências e ignoram suas origens étnico- raciais (SILVA 2022, p.84)”.

A educação é fundamental para romper com essa visão eurocêntrica e colonizadora, onde as práticas pedagógicas precisam ser pensadas na construção de uma educação inclusiva e reparadora que valorize e reconheça a contribuição dos povos indígenas para a sociedade brasileira. Para Fonseca (2003, p. 107) “educar é um ato de liberação, socialização, formação e transformação dos homens. É um direito do cidadão para o exercício da cidadania”.

Portanto, a educação apresenta-se como papel fundamental neste processo a partir da desconstrução de estereótipos nas aulas de História, sendo essencial na construção de um ensino multicultural e intercultural que contribua para a formação de cidadãos conscientes, tolerantes.

A importância da temática indígena nas escolas

A temática indígena na educação brasileira torna-se impulsionada a partir da legislação, reconhecendo a importância dos povos indígenas e afrodescendentes na formação histórica e cultural do nosso país.

A Lei nº 11.645/08 torna obrigatório no currículo dos ensinos fundamental e médio (público e privado) o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena. “A lei, sancionada no dia 10 de março de 2008 pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, específica no conteúdo programático a abordagem de aspectos das histórias, culturas e lutas dos povos indígenas (WITTMANN, 2015, p. 11).

Neste sentido, a referida legislação que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares, representou um marco importante para a inclusão da temática indígena em sala de aula. As escolas passaram a ter a responsabilidade de promover o conhecimento e a valorizar as respectivas culturas dos povos indígenas.

A Lei nº 14.402/2022 complementa esse marco ao alterar a nomenclatura do “Dia do Índio” para o “Dia dos Povos Indígenas”. A mudança é significativa pois, reconhece a diversidade e a pluralidade dos povos indígenas. Nesse sentido, a ressignificação do dia 19 de abril (Dia dos Povos Indígenas), se apresenta como uma oportunidade de aprofundar essa discussão e propor uma reflexão crítica sobre a realidade dos povos indígenas e sua história.

Portanto, o ensino da história e cultura indígena nas escolas é fundamental para que os discentes tornem-se cidadãos críticos e tolerantes, mediante o processo de desconstrução de estereótipos arraigados na sociedade.

Apresentação e análise de dados

Nesta seção será apresentada a análise dos dados da pesquisa, através dos questionários de perguntas e respostas que foram aplicados aos 2 (dois) professores de História e 2 (dois) pedagogos das escolas pesquisadas: Escola Estadual “Senador João Bosco” e Escola Estadual “Tomaszinho Meirelles GM3”, nesta última, onde também foi desenvolvida a oficina “Povos Originários, Saberes e Resistências”, que teve como público alvo, docentes e discentes, afim de compreender e valorizar a diversidade sociocultural e histórica dos povos indígenas.

Nos questionários havia perguntas subjetivas, buscando averiguar de que forma a temática “Povos indígenas” é abordada nas aulas de história, com ênfase no dia 19 de abril (Dia dos Povos Indígenas), a partir da Lei nº 11.645/2008, buscando ressignificar esta data, marcada pelo momento de reflexão sobre a luta contra o preconceito, discriminação e pela manutenção de seus direitos. Para Collet (*et al.*) (2014, p. 14),

Quem sabe, nós professores também possamos contribuir para esse movimento, buscando conhecer e traçar semelhanças entre a luta desses diferentes povos e a de tantos brasileiros que não têm esses direitos respeitados. É preciso reconhecer e apresentar a diversidade presente na definição ampla de povos indígenas, mas igualmente situar suas semelhanças e causa em comum [...]

Diante das respostas dos entrevistados, foi possível perceber pontual mudança no que tange o ensino da história e cultura indígena nas escolas pesquisadas, na medida em que, todos afirmaram ter tido bases sobre a temática indígena em sua formação acadêmica.

Todavia, foi perceptível, haver mais familiaridade por parte dos professores entrevistados, justificado pela prática docente em sala de aula e conhecimentos adquiridos no processo de formação acadêmica.

Por outro lado, os pedagogos, tiveram pouco menos base quanto à temática indígena, no decorrer de sua formação, baseados em abordagens tradicionais, eurocêntricas controversas às perspectivas contemporâneas.

Neste sentido, Freire (1996, p. 39), ressalta que: "[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática".

Vale ressaltar que os entrevistados foram unânimes, ao reconhecer que a história dos Povos Indígenas não é mais compreendida como em tempos pretéritos, na medida em que, destacam-se pelo seu protagonismo assumido cada vez mais em diferentes frentes de atuação.

Quando questionados sobre a maneira de como as escolas historicamente comemoravam ou refletiam sobre o “Dia do Índio” bem como qual a avaliação dos mesmos acerca das práticas relacionadas à essas questões atualmente no contexto escolar, os mesmos presenciaram atividades desse tipo e concordam que as comemorações do dia dos povos indígenas eram superficiais e folclóricas, reforçando estereótipos.

Desta feita, as práticas relacionadas a essa questão têm mudado atualmente.

Um dos professores, reconhece os avanços, embora, alerte para a persistência do preconceito estrutural arraigado na sociedade e que a escola se apresenta como peça fundamental na quebra desses estereótipos, havendo a necessidade de um trabalho contínuo. Corroborando do mesmo pensamento, o pedagogo da mesma escola destaca a importância da legislação e da mudança de paradigmas nas abordagens referentes à temática indígena nas instituições de ensino.

Com relação aos livros didáticos, os entrevistados reconhecem que já há modificações nos materiais didáticos, porém insuficientes, graduais. Embora, os livros didáticos demonstrem-se atualizados e com imagens mais positivas, os mesmos enfatizam a necessidade da construção desses instrumentos que apresente os povos indígenas de forma contemporânea que destaque a importância da análise crítica.

Segundo os professores, sempre buscam fontes e materiais didáticos que valorizem os povos indígenas, na preparação de suas aulas, que consideram seus conhecimentos ancestrais, suas lutas e conquistas coletivas e sua contribuição histórica para a sociedade brasileira.

Referente a Lei nº 11.645/2008, que torna a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas, todos consideram ser um significativo avanço. No entanto, ressaltam que sua efetividade depende do comprometimento dos professores e das escolas, bem como da disponibilidade de materiais didáticos, ainda muito limitados.

Durante a pesquisa, constatou-se de maneira “de forma mais concreta” com a temática indígena pela professora da Escola “Senador João Bosco”, onde a mesma desenvolve projetos específicos enfatizando a história e cultura dos povos negros e indígenas, intitulados:

1 - VOZES DA FLORESTA;

2 - VOZES ANCESTRAIS; trabalhados anualmente com as turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, com o objetivo de apresentar aos educandos, conhecimentos e introduzir a abordagem da história e da cultura Afro e indígena de maneira autêntica, promovendo a valorização, respeito, estimulando-os ao pensamento crítico e reflexivo acerca dos referidos Povos.

A atuação da professora reforça seu comprometimento em ressignificar a história dos povos originários, antes, folclorizada, romantizada, contada a partir da visão eurocêntrica.

Os educadores entrevistados possuem alunos indígenas em suas salas de aulas, o que segundo os mesmos, torna-se imprescindível o cuidado e o conhecimento com a abordagem plena e contemporânea da temática em suas aulas de história, reconhecendo a importância de criar um ambiente respeitoso, valorizando suas histórias cotidianas.

Neste contexto, Fonseca (2003, p. 111-112) diz que, “o aluno é um ser social completo, não é uma tábua rasa. Ele não apenas estuda e aprende, mas faz história, participa da história, tem concepções prévias dos fatos históricos [...]”.

Na Escola Tomaszinho Meirelles, o professor e o pedagogo, evidenciaram os desafios no desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias em sala de aula com os alunos indígenas, por dificuldades de leitura e escrita dos estudantes, por não terem o português como língua materna.

Por outro lado, pode-se afirmar que essa dificuldade também é agravada pelo fato de os professores terem tido pouco ou nenhum preparo com este contexto sociolinguístico, o que acarreta no comprometimento do processo ensino aprendizagem desses alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (LDB), no seu artigo 32, afirma que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Por outro lado, nas escolas pesquisadas, onde têm alunos indígenas, a realidade é bem diferente, sendo que esses educandários, encontram dificuldades em promover um ensino intercultural, bilíngue, considerando a diversidade cultural e linguística dos educandos, comprometendo o pleno processo de aprendizagem desses alunos.

Os quatro educadores concordam que o fato de estar na Amazônia faz diferença, quando se tem a necessidade de incluir a história e cultura indígena nos currículos, sendo um espaço de grande diversidade cultural e fundamental no processo de valorização da cultura indígena.

Portanto, diante do exposto, nota-se a importância de ressignificar a história dos povos indígenas, valorizando, combatendo estereótipos, promovendo o respeito, desmistificando a visão utópica e folclórica na forma como se tratam dessa temática nas aulas de história.

Oficina Dia dos Povos Indígenas realizada na Escola Tomaszinho Meirelles GM3

Esta oficina foi realizada na Escola Estadual “Tomaszinho Meirelles”, referente ao 19 de abril, “Dia dos Povos Indígenas”, tendo como objetivo a compreensão, e valorização da diversidade sociocultural e histórica dos povos Sateré- Mawé, Yanomami, Ticuna e Hixkarianas, tendo como público-alvo professores, alunos e a comunidade escolar em geral, com destaque para a participação de convidado indígena Sateré Mawé.

A metodologia foi apresentação expositiva conjuntamente com os colegas do PIBID; espaço para diálogo e em seguida a participação do indígena.

A análise concreta centrada no eixo temático “Povos Originários, Saberes e Resistências” permitiu a observação direta da forma como essas dinâmicas culturais revelam seus saberes, lutas e resistências.

Durante o desenvolvimento da oficina, buscou-se uma observação sistematizada, focada na abordagem ancestral e contemporânea da história e cultura dos povos Sateré- Mawé, Yanomami, Ticuna e Hixkarianas, destacando a importância do dia 19 de abril, bem como, a necessidade de ressignificação desta data, sobretudo, demandando debates e reflexões precisas e permanentes durante o ano letivo em atividades representativas, plenas, visando a (des)construção de estereótipos, segundo a Lei nº 11.645/2008.

A escolha da temática justificou-se pela relevância do “Dia dos Povos Indígenas”, um momento essencial para reconhecer a luta contínua por seus direitos, pela preservação da floresta e pela diversidade cultural existente no nosso país.

A estruturação da oficina foi pautada na seleção criteriosa de conteúdos e pesquisas complementares, visando fornecer uma reflexão e estudo sobre a diversidade cultural dos 391 povos indígenas e 295 línguas faladas.

Além da parte expositiva na oficina, houve a contribuição do convidado, indígena Sateré-Mawé, cuja fala evidenciou experiências vividas e os desafios enfrentados pelo seu povo, mediante lutas perenes na garantia de seus direitos e resistência contra preconceitos sofridos cotidianamente.

Em relação ao engajamento dos docentes e discentes, a participação foi qualitativa. No entanto, em outros, verificou-se um engajamento maior e mais participativo nos debates, focados na preservação da Amazônia e no respeito social e cultural, demonstrando a importância de se construir conhecimento de forma dinâmica, lúdica e participativa dos docentes e discentes. A fala do convidado indígena foi significativa e enriquecedora.

Portanto, acredita-se que a aplicação da oficina, foi de grande relevância, sendo possível observar que os educandos se sentiram aguçados e engajados na apresentação e discussão da temática que fomentou a ampliação e construção de conhecimentos, reforçando a necessidade de ressignificar a data 19 de abril nas aulas de história, desmistificando narrativas arraigadas de preconceito e discriminação.



Foto 01: Participação dos alunos na Oficina Povos Originários, Saberes e Resistências” Arquivo pessoal

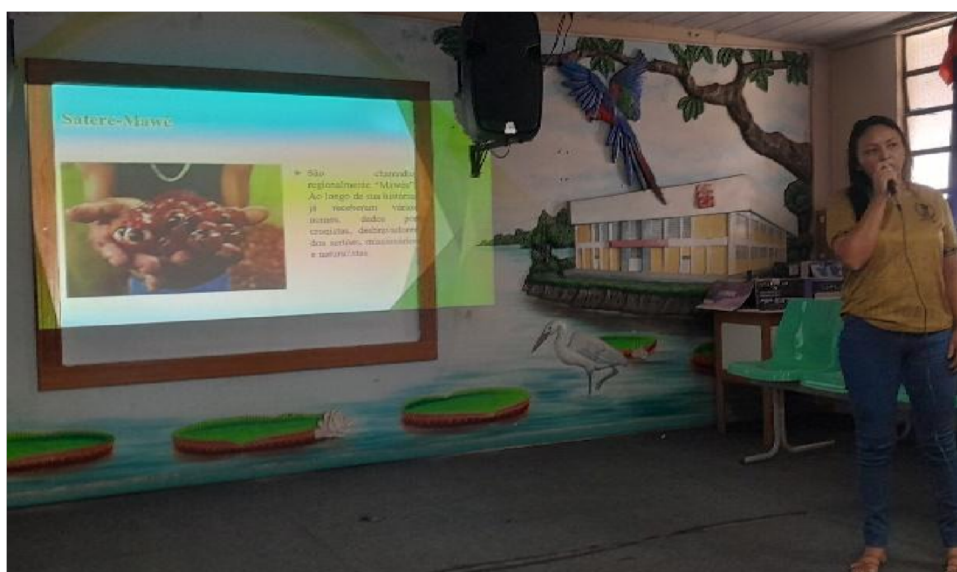


Foto 02: Paulo Tokuta/ explicação do tema: 19 de abril Dia dos Povos Indígenas

Considerações finais

O objetivo central da pesquisa foi averiguar de que forma a temática “Povos indígenas” é abordada pelos professores de história em sala de aula, nas duas escolas pesquisadas: Escola Estadual Tomaszinho Meirelles e Escola Estadual “Senador João Bosco”, com ênfase no dia 19 de abril (Dia dos Povos Indígenas), a partir da Lei nº 11.645/2008 e da mudança na nomenclatura pela Lei nº 14.402/2022, pautado na perspectiva de ressignificação da referida data, desmistificando possíveis representações e narrativas eurocêntricas, bem como na (des)construção de estereótipos estruturais.

Foi possível perceber pontual mudança no que tange o ensino da história e cultura indígena nas escolas pesquisadas, na medida em que, apenas uma delas, verificou-se maior preocupação do professor na busca por bases teóricas e desenvolvimento de projetos específicos à temática, envolvendo cada vez mais os educandos na construção de conhecimentos plenos, fazendo da educação um ato de reparação e justiça social.

Por outro lado, em uma das escolas pesquisadas, constatou-se que o professor apenas aborda a temática de forma efêmera, com conteúdos baseados nos livros didáticos. Neste sentido, fica evidente que cabe aos professores, comprometimento, buscar novas práticas educativas, com abordagens que atendam aos anseios dos alunos, pautadas na construção participativa de conhecimento, sendo a educação ferramenta fundamental para romper visões colonizadoras, essencialmente inclusiva e reparadora que valorize e reconheça a contribuição dos povos indígenas.

Diante disso, a pesquisadora, desenvolveu a oficina “Povos Indígenas Saberes e Resistência” com o objetivo de chamar a atenção dos professores e alunos e proporcionar aos mesmos maior interação e participação na construção do conhecimento histórico, acerca da história e cultura indígena para além do livro didático, contemplando toda ancestralidade e contemporaneidade de sua trajetória, contribuindo para a desconstrução de estereótipos, representações e narrativas eurocêntricas, em sala de aula.

Ressignificar o dia 19 de abril, é promover o reconhecimento e valorização da herança histórica e cultural indígena para com a sociedade brasileira, quiçá amazônica. É reconhecer suas lutas e conquistas, refletindo sobre inclusão e igualdade

Portanto, diante do exposto, nota-se a importância de reafirmar a educação como instrumento de transformação e luta por justiça social, essencial para a construção de uma sociedade tolerante que respeite e valorize suas raízes ancestrais, tendo professores comprometidos pela busca de práticas cada vez mais inclusivas, combatendo estereótipos, promovendo o respeito, desmistificando a visão utópica e folclórica na abordagem desta temática nas aulas de história.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

BRASIL [Leis]. Congresso Nacional. Lei n. 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, 1996.

BRASIL [Leis]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Marcos Antônio Oliveira Fernandes, organização. 17º ed. São Paulo: Rideel, 2011.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados-<https://www2.camara.leg.br/secretarias/noticias> acessado às 19:30h em 03/12/2025

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. *Quebrando Preconceitos* – Subsídios para o ensino e culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<https://www.camara.leg.br/noticias/896465-nova-lei-denomina-o-19-de-abril-dia-dos-povos-indigenas-emsubstituição-a-dia-do-indio>

<https://www.planalto.gov.br> acessado em: 13 de junho de 2025, às 13h:15

<https://www2.camara.leg.br>. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Publicação Original

Jus Brasil- <https://www.jusbrasil.com.br> acessado em 28/12/2025 às 15h

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, José Giovani. O Octogenário “Dia do Índio” – História e Culturas Indígena em Escolas Brasileiras Antes e Depois da Lei nº 11.645/2008. In: *Revista eletrônica História em reflexão*. Campo Grande: UFGD, vol. 15, nº 31, 2022.

WITTMANN, Luisa Tombini. Introdução ou escrita da história indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

* * * * *

ANEXO

Questionário aplicado aos professores (as) e aos pedagogos (as)

- 1- Qual a sua concepção de história e cultura indígena atualmente? Você teve bases sobre história e cultura indígena na sua formação docente, seja durante a graduação ou pós-graduação?
- 2- Como as escolas comemoravam ou refletiam sobre o “Dia do Índio”? Você chegou a presenciar atividades nesse sentido? As práticas relacionadas a essa questão têm mudado?
- 3- Sobre livros e outros materiais didáticos, eles contemplam os indígenas? Quais imagens da história e cultura indígena costumam ser veiculadas? Como você vê essa questão?
- 4- A legislação que institui a obrigatoriedade do ensino de História e cultura indígena nas escolas tem surtido efeito? Você já desenvolveu trabalhos com os estudantes envolvendo essa temática?
- 5- Você tem ou já teve alunos indígenas na sala de aula e sentiu a necessidade de tratar desse assunto para vincular a história ensinada às trajetórias desses alunos e suas comunidades?
- 6- Você acredita que o fato de estar na Amazônia, mais especificamente no Amazonas, faz a diferença quando se fala na necessidade de incluir história e cultura indígena nos currículos? Se sim, por quê?